

RELATÓRIO ANUAL

ABRACEEL 2023

Neste relatório anual, compartilhamos nossos marcos, desafios superados e conquistas de 2023



WWW.ABRACEEL.COM.BR

ÍNDICE

Quem somos	03
Conselho de administração	04
Equipe	05
Carta - Alessandro de Brito Cunha	06
Carta - Rodrigo Ferreira	07
Bandeiras 2023	08
Conquistas 2023	09
Nossos números	15
Números do mercado livre em 2023	16
Contribuições públicas	17
Nossos posicionamentos	20
Nossos estudos	24
Planejamento Estratégico	29
Nossos eventos	30
Eventos de parceiros	37
Sexta Livre	38
Campanhas especiais	40
Projetos especiais	42
Abraceel na mídia	44
Atuação no Congresso Nacional	46
Agenda do mercado em 2024	49
Missão internacional	50
Empresas associadas	52

QUEM SOMOS

Constituída em 2000, a Abraceel é uma associação que defende a livre competição de mercado como instrumento de promoção da eficiência e segurança do abastecimento nas áreas de energia elétrica, gás natural e etanol, bem como de estímulo ao crescimento das negociações de créditos de carbono.

É a única associação no segmento de comercialização de energia e conta com mais de cem empresas associadas, de portes, características empresariais e tamanho do capital social diversos, que representam mais de 65% do volume de energia elétrica negociado pelos comercializadores no mercado livre, ambiente de contratação cujo faturamento anual ultrapassa os R\$ 150 bilhões, sem considerar impostos e tributos.

Ao atuar para a abertura e o desenvolvimento dos mercados energéticos no Brasil, a Abraceel participa de consultas e audiências públicas federais e estaduais e também busca informar e engajar a sociedade, formadores de opinião e instituições públicas e privadas para:

- Promover a discussão da liberdade do consumidor como valor fundamental e da competição como meio de promoção da inovação e da eficiência;
- Discutir e divulgar as melhores práticas e experiências nacionais e internacionais na regulação, na comercialização e no desenvolvimento dos mercados de energia;
- Defender o aperfeiçoamento do marco regulatório, de modo a garantir e estimular a livre comercialização para promover a eficiência do mercado em benefício da sociedade.

Em 2023, o mercado livre de energia elétrica superou a marca de 38 mil unidades consumidoras livres, responsáveis por quase 35% do consumo de energia elétrica nacional e 90% do consumo do segmento industrial, consolidando-se como um fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social brasileiro por meio do aumento da competitividade e da produtividade, bem como da geração de emprego e renda no país.

CONSELHO ADMINISTRATIVO



PRESIDENTE

**Alessandro
de Brito Cunha**



**Daniela
Alcaro**



**Eduardo
Diniz**



**Luiz Fernando
Leone Vianna**



**Luiz Henrique
Macedo**



**Pedro
Kurbhi**



**Rodrigo
Limp**



**Sergio
Romani**



**Reginaldo
Medeiros**



Eleito em março de 2023 para um período de 2 anos

EQUIPE ABRACEEL



Rodrigo Ferreira
Presidente-executivo



Frederico Rodrigues
Vice-Presidente Executivo



Alexandre Lopes
Vice-Presidente de Energia



Bernardo Sicsú
Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação

Vice Presidência Executiva



Isabella Guimarães
Coordenadora do Núcleo Administrativo e Financeiro



Francisca Leite
Secretária Executiva



Bárbara Monturil
Auxiliar Administrativo



Rosilene Ferreira
Auxiliar Administrativo

Vice Presidência de Energia



Yasmin Oliveira
Coordenadora de Energia



Danyelle Bemfica
Assessora de Energia

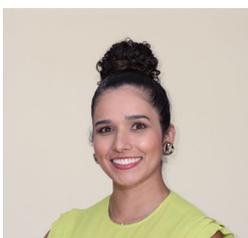


Giovanna Bezerra
Trainee em Engenharia



Victor José
Trainee em Engenharia

Vice Presidência de Estratégia e Comunicação



Ângela Oliveira
Diretora de Relações Institucionais



José Casadei
Diretor de Comunicação



Amanda Ferraz
Assessora de Relações Institucionais



Felipe Morgan
Trainee em Comunicação

PRONTOS PARA AS GRANDES DECISÕES DE 2024



Alessandro de Brito Cunha

Presidente do Conselho de Administração da Abraceel

No início de 2023, em visitas às instituições da governança setorial, expressei o entusiasmo em poder me engajar, como Presidente do Conselho de Administração da Abraceel, em pautas cruciais para o desenvolvimento e fortalecimento do mercado livre de energia. Ao mesmo tempo, pontuei que os temas guardavam similaridade com os de anos anteriores, na medida em que restavam avanços a concluir, e que gostaria muito que os esforços conjuntos permitissem descortinar, no início do ano seguinte, uma nova realidade diante de todos. Felizmente, esse cenário se materializou. Isso, então, nos permite avançar em uma agenda estruturante de grande importância para corrigir distorções e promover modernização no mercado de energia elétrica, temas para os quais estamos

Em um ano bastante intenso de trabalho, pudemos colher entregas e avanços em todos os eixos prioritários estabelecidos na agenda de mercado defendida pela Abraceel, fechando etapas decisivas e inaugurando novos ciclos de proveitosas discussões político-regulatórias.

Consolidamos a nova fase da abertura do mercado de energia elétrica com o fortalecimento da comercialização varejista e a definição de medidas para simplificar o processo de migração de consumidores do mercado regulado para o livre. Superamos instabilidade na formação de preços de forma a contribuir com o afastamento da judicialização e apontar as diretrizes para revisar a metodologia de cálculo dos limites do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), com garantia de preservar a devida antecedência caso haja alterações. Inauguramos os testes do novo programa de monitoramento prudencial da alavancagem dos agentes, um passo essencial para reforçar a segurança do mercado. Por fim, no âmbito legislativo, concretizamos, com os devidos cuidados para o setor de energia elétrica, a aprovação da reforma tributária, e temos reforçado a necessidade de restringir a criação de novos subsídios e repensar os existentes, bem como evitar indevida alocação de custos ao mercado livre.

Essas etapas descortinam uma nova agenda, capaz de posicionar o mercado livre de energia como um importante vetor de crescimento da economia e desenvolvimento social.

Para 2024, uma ampla agenda regulatória terá, como pano de fundo, conforme apontam autoridades da governança setorial, novas discussões em torno da necessidade de assegurar energia mais competitiva para todos os brasileiros, sem exceções. Isso incluirá análise de subsídios, contratações e os caminhos e etapas para que novos grupos de consumidores possam acessar os benefícios do mercado livre de energia nos próximos anos, com equilíbrio, sustentabilidade, segurança jurídica e respeito a contratos.

A necessidade de avançar nessa agenda estruturante está lastreada pela reconhecida urgência de eliminar os gatilhos que fazem o custo da energia elétrica aumentar continuamente para grande parte da sociedade brasileira. A Abraceel e suas associadas, munidas de estudos com sólida base técnica, estão prontas para apoiar essa discussão e trilhar o caminho de maior protagonismo e competitividade do consumidor.

ESTAMOS AVANÇANDO PARA UM MODELO MELHOR



Rodrigo Ferreira

Presidente-executivo da Abraceel

Na esteira da nova fase de abertura do mercado de energia, a maior em 27 anos, desde que o ambiente livre foi inaugurado, a agenda do mercado ganhou tração e muitos avanços foram efetivados em várias frentes.

Na frente da abertura de mercado, a Resolução Normativa 1.081/2023 da Aneel ratificou um período profícuo de discussões e aperfeiçoou o arcabouço de funcionamento da comercialização varejista, simplificando o processo de migração para o ambiente livre e facilitando a jornada do consumidor em busca de melhores preços e serviços. Nova consulta pública será realizada para debater novas propostas sugeridas pela Abraceel, como a padronização dos procedimentos exigidos pelas distribuidoras e questões relacionadas ao open energy, que trata da abertura e compartilhamento dos dados dos consumidores.

Na área de segurança do mercado, foram iniciados os testes do novo programa de monitoramento prudencial da alavancagem das empresas, um pleito da Abraceel para reforçar ainda mais a segurança do ambiente comercial. No fim do ano, caberá à CCEE enviar para a Aneel estudos com os resultados apurados nos 12 meses anteriores. O programa entrou em testes com regras defendidas pela Abraceel e associadas, inclusive com cuidados rigorosos em torno da confidencialidade das informações.

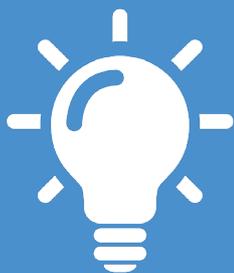
Na seara da formação de preços, após um período de incerteza diante do risco de escalada judicial em torno dos valores do PLD, momento em que a Abraceel atuou para conter o movimento e preservar a discussão regulatória, a Aneel endereçou consultas públicas para revisar metodologias e fórmulas que determinam os seus limites mínimo e máximos. Essas questões prometem evoluir bastante em 2024.

Na frente de eficiência, que envolve questões como tributação e inovação tecnológica, a Abraceel se uniu a um grupo de associações no Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) para defender a essencialidade do serviço de energia elétrica durante as discussões da reforma tributária, evitando aumento de alíquotas de impostos. Em 2024, novo esforço concentrado será feito para regulamentar dispositivos.

Finalmente, outro esforço coletivo de destaque foi contra os subsídios, contratações compulsórias e reservas de mercado propostos no PL da eólica offshore, aprovado na Câmara sem alguns dispositivos muito prejudiciais ao mercado livre e que deverá ser objeto de discussões no Senado Federal.

Para 2024, o presidente da República e o Ministério de Minas e Energia prometem promover iniciativas para reduzir as tarifas e aprimorar o modelo setorial. A Abraceel, que vem contribuindo tecnicamente nesse debate faz anos, espera esse momento com visão positiva e enxerga que o debate transparente e intenso entre os setores público e privado é o caminho para avançar em um modelo capaz de oferecer direito de escolha ao consumidor, posicionando-o no centro da decisão, e em benefício de todos.

BANDEIRAS 2023



Abertura e crescimento do mercado

Garantir a liberdade de escolha do fornecedor de energia para todos os consumidores, estimulando a eficiência, a competição isonômica de mercado e a simplificação do processo de migração dos consumidores ao ambiente competitivo em busca de melhores condições de fornecimento.



Segurança e sustentabilidade do mercado

Estabelecer medidas para fortalecer a segurança das operações no mercado livre de energia, que tende a crescer com a perspectiva de acesso a ele de todos os consumidores.



Formação de preço

Aprimorar o processo de governança de formação de preços no mercado de energia, a fim de elevar a aderência entre a precificação feita pelos modelos computacionais com a operação real, em respeito aos princípios da transparência, previsibilidade e reprodutibilidade aos agentes.



Eficiência e inovação do mercado

Atuar para o equilíbrio do mercado, em prol da racionalidade econômica, correta alocação de custos e redução de subsídios no setor, fomentando um ambiente de inovação em benefício do direito de escolha do consumidor.

CONQUISTAS 2023

Abertura do Grupo A começa a gerar efeitos positivos no mercado



A Portaria 50/2022 do MME permitiu que todos os consumidores de energia do Grupo A passassem a poder participar do mercado livre de energia a partir de 01/01/2024. A movimentação no mercado, no entanto, começou muitos meses antes, já que o processo de migração, por regra, é iniciado, no mínimo, 180 dias antes do vencimento do contrato de fornecimento de energia com a distribuidora. A atualização da Aneel ao final de 2023 mostrou que mais de 14,6 mil empresas já haviam informado às distribuidoras sua migração para o mercado livre de energia elétrica a partir de janeiro de 2024. Desse total, quase 13,8 mil unidades consumidoras (94%) são consumidores de menor porte, com demanda menor de 500 kW, beneficiadas pela Portaria 50/2022, e que vão migrar com o apoio de comercializadores varejistas de energia, como determina a portaria. Esse fluxo de migração de consumidores produz negócios variados e investimentos em comunicação, tecnologia e desenvolvimento de produtos por parte do mercado.

Aprovadas melhorias na regulamentação varejista

A publicação da Resolução Normativa 1.081/2023 sancionou os aperfeiçoamentos aprovados pela Aneel na comercialização varejista de energia, modalidade essencial para a jornada de boa parte dos de 165 mil consumidores de energia em média e alta tensão que poderão escolher o próprio fornecedor no mercado livre. As medidas, mais do que preencher lacunas regulatórias, atuam no esforço de simplificar processos para o consumidor migrar ao ambiente competitivo. Uma das principais melhorias foi a exclusão do comando sobre prorrogação automática dos contratos cativos, de forma que os contratos de energia regulados (CCERs) tenham prazo indeterminado: vale para novos CCERs e a partir da próxima renovação dos CCERs vigentes após 01.01.2024. Antes, esse prazo estava vinculado ao término do contrato de 12 meses de fornecimento com as distribuidoras. Assim, o processo de migração deve ocorrer em até 180 dias após a distribuidora ser informada que o consumidor decidiu deixar o ambiente regulado. Em outras importantes decisões, a CCEE foi incumbida de fazer a gestão das informações de agregação da medição e a inadimplência do consumidor com o comercializador varejista passará a ensejar a suspensão do seu fornecimento.



Simplificação do processo de migração excluiu fases desnecessárias

No processo de simplificação da migração de consumidores de energia do mercado regulado ao livre, também aprovadas no escopo da Resolução Normativa 1.081/2023, foram revistas pela Aneel exigências desnecessárias ou divergentes da regulação, como a demanda para que o consumidor apresente o diagrama unifilar das instalações e o mapeamento do ponto de medição e modelagem da

carga. Outra simplificação comemorada pelo mercado foi a sinalização de que não será necessário haver troca de medidores quando da decisão de migrar ao mercado livre, já que os consumidores de energia em média e alta tensão, pertencentes ao Grupo A, já são telemedidos. Essa medida deverá passar a valer após conclusão da 2ª etapa da consulta pública que discute os aprimoramentos na regulamentação varejista. Além disso, a Aneel respondeu favoravelmente e com atuação intempestiva a diversas interlocuções com a Abraceel, que apresentou casos concretos de dificuldades enfrentadas pelos consumidores na jornada rumo ao mercado livre.

Aneel garante nova rodada de discussões para melhorar a comercialização varejista

Tão importante quanto a aprovação do relatório final da Consulta Pública 28/2023 e a publicação da Resolução Normativa 1.081/2023, que trouxe medidas para aperfeiçoar a comercialização varejista e simplificar o acesso ao mercado livre de energia, foi a decisão da Aneel de continuar o movimento de melhorias. A agência reguladora decidiu que haverá nova fase de consulta pública, com foco em assuntos como padronização de procedimentos internos adotados pelas distribuidoras para o consumidor migrar ao mercado livre e discussões para aprofundar o open energy, que é o direito de o consumidor autorizar o compartilhamento dos próprios dados de consumo com outras empresas, o que pode lhe garantir melhores ofertas e serviços. Os dois pleitos acatados foram sugeridos pela Abraceel.

Abertura de mercados energéticos entra na agenda do governo para reduzir Custo Brasil

O governo federal, sob liderança do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e participação de 19 ministérios, além do BNDES e Finep, listou projetos prioritários para reduzir o Custo Brasil, expressão utilizada para explicar fatores internos que penalizam empresas brasileiras, com custos mais altos para produzir, em comparação aos competidores internacionais. Na lista, há 17 projetos a serem executados e outros 24 a serem monitorados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Três deles estão diretamente conectados à agenda de trabalho da Abraceel – revisão de encargos e abertura efetiva de mercados de eletricidade e gás natural, de forma a eliminar restrições para o exercício do direito de escolha dos consumidores.

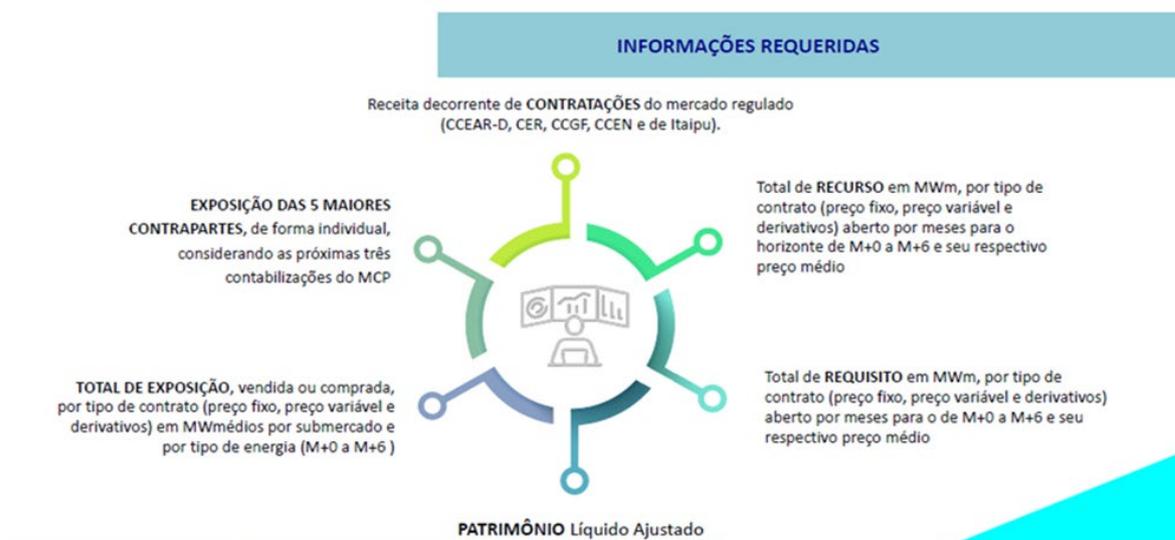


Novo programa de monitoramento do mercado começa a funcionar

No fim de agosto de 2023, a Aneel publicou a Resolução Normativa 1.072/2023, que instituiu as regras para os testes do novo programa de monitoramento do mercado de energia elétrica brasileiro, sob responsabilidade da CCEE. Os testes vão funcionar durante 12 meses em paralelo ao programa vigente – e por isso é chamado de “período sombra”. Com lógica prudencial, para buscar antecipar possíveis riscos sistêmicos derivados da alavancagem excessiva das empresas, o programa é baseado no acompanhamento semanal de indicadores, com garantia de privacidade e segurança no acesso das informações confidenciais. As empresas associadas da Abraceel vêm se engajando no “período sombra” com elevado nível de participação e a Associação ainda participa do Comitê de Implementação do Monitoramento, criado pela CCEE para ouvir as percepções dos agentes e refinar a metodologia ao longo dos testes, caso seja necessário.

Visão Geral do monitoramento Prudencial

ccee



Aneel ouve mercado e posterga discriminação de comercializadores em tipo 1 e 2

Por meio do Despacho 873/2023, publicado em abril de 2023, a Aneel sancionou que a entrega de documentação da nova classificação dos comercializadores de energia em tipo 1 e tipo 2, de acordo com o valor do capital social ou patrimônio líquido foi postergada para dezembro de 2023. Essa diferenciação não foi defendida pela Abraceel, que conseguiu, contudo que a nova regra tivesse vigência adiada, meses depois do prazo originalmente aprovado, oferecendo tempo para a transição e adaptação das empresas. Ajustes nas exigências foram feitos, como a permissão para que os agentes enviem balanços mensais ou trimestrais do ano corrente.

Agenda da segurança do mercado avança em várias frentes

Outros fatos marcaram o avanço da agenda de fortalecimento da segurança do mercado de energia. A Aneel garantiu que possíveis mudanças nas garantias financeiras aportadas pelos agentes serão estudadas após a conclusão dos testes do novo programa de monitoramento da alavancagem, que foi iniciado em novembro de 2023 e durará 12 meses – e o tema foi incluído na agenda regulatória da agência reguladora, para avaliar a produção de nova norma em 2026. Atualizada, a nova convenção arbitral foi homologada pela Aneel em fevereiro de 2023 com cláusula de garantia no caso de impacto a terceiros e, principalmente, permitindo o uso de mais câmaras, o que dá liberdade para as empresas escolherem aquelas mais aderentes às respectivas demandas e possam buscar melhores preços e serviços.

Abraceel atua para isolar judicialização em torno do PLD mínimo

O início de 2023 foi marcado por desdobramentos em torno do limite mínimo do PLD em consequência de uma ação judicial que contesta os valores homologados pela Aneel. Em decisão muito importante, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu liminar e manteve a decisão da agência reguladora, preservando o rito regulatório. A Abraceel atuou desde o início para garantir estabilidade

ao mercado e evitar uma escalada de processos judiciais em torno do PLD, comportamento que foi reconhecido pelo regulador como positivo. O rito regulatório foi preservado e a análise de nova metodologia do PLD foi incluída na agenda regulatória da Aneel.



Nova governança do PLD é aprovada

Com a publicada Resolução Normativa 1.078/2023, a Aneel deu importantes passos para melhorar a governança na formação de preços, em linha com sugestões da Abraceel. O novo regulamento esclareceu quais casos de ajustes nas versões dos modelos serão submetidos aos ritos expeditos de aprovação, tais como aqueles que são provenientes de correção de erros e de ajustes relacionados à dimensão numérica de variáveis ou formatação de dados de entrada e saída.

Com respeito à antecedência, foi preservado o prazo mínimo de um mês para promover alterações nos modelos. As diretrizes gerais da representação da geração das Usinas Não Simuladas Individualmente (UNSI) foram inseridas na resolução e o detalhamento estará em Procedimento de Rede, conferindo maior celeridade ao processo. Em benefício da agilidade e publicidade ao mercado, o CT PMO-PLD ganhou competências e também a obrigação de divulgar atas, pautas e datas das reuniões.

Fatos determinantes marcam evolução da agenda de formação de preços

Ainda na agenda da formação de preços, o conceito de composição de preço por modelo foi fortalecido com melhorias como a aprovação da nova modelagem de usinas do mercado livre e representação da modalidade de micro e mini geração distribuída. Houve também a rejeição por parte da Cmpamp do Newave Híbrido e novo cenário de ventos, temas que demandam mais estudos, e a aprovação por parte da Aneel de ações para execução do Dessem e publicação do PLD, com maior detalhamento do plano de contingência. A nova governança do Cepel, instituição responsável pela construção e manutenção de muitos dos modelos computacionais do setor elétrico, foi tema de reuniões importantes, com avanço da proposta de transferência do acervo tecnológico e competências para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Transferência de custos ao ACL é retirada de PL da eólica offshore

O PL 11.247/2018 sobre eólica offshore foi aprovado na Câmara dos Deputados em novembro de 2023 sem impor novos custos ao mercado livre de energia elétrica, calculados em R\$ 45 bilhões ao ano pela Abraceel. O relator na Câmara, deputado Zé Vítor (PL-MG), compreendeu os esclarecimentos feitos pela Associação e entendeu ser necessário promover discussões técnicas para isso. Uma das medidas desconsideradas previa impor, somente aos consumidores livres, um novo encargo para custear eventuais sobras de energia da carteira das distribuidoras. Em outra, custos de produção de energia por fontes mais caras seriam integralmente custeados pelos consumidores livres alegadamente pelo preceito da “segurança do abastecimento”.

Foi também descartada uma medida que previa permitir operações de importação de energia elétrica apenas para atendimento ao mercado regulado, discriminando o ambiente livre. O rateio de custos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em desfavor aos consumidores livres, foi também desconsiderado.



Esforço conjunto visa esclarecer senadores sobre novos custos de subsídios

A aprovação do PL da geração eólica offshore na Câmara ocorreu com a inserção de diversas medidas alheias ao escopo original da matéria, com proposta de criação de novos subsídios e reservas de mercado para fontes energéticas específicas, impondo mais custos aos consumidores. Apesar do esforço de esclarecimento de oito associações e frentes de representação, incluindo a Abraceel, as medidas foram aprovadas e a matéria seguiu para avaliação dos senadores. Um estudo realizado pela PSR, contratada por essas instituições, mensurou os impactos das medidas, que foram calculados em R\$ 25 bilhões por ano até 2050 – o equivalente a R\$ 658 bilhões até 2050. O valor representa um aumento no custo de energia de 11%, com reflexos diretos na inflação, no poder de compra da população e na competitividade industrial do país. Com o estudo, as associações objetivaram oferecer informações para esclarecer os senadores a respeito da incoerência de ratificar tais subsídios adicionais no projeto de lei da geração eólica offshore.



Energia elétrica excluída da possibilidade de Imposto Seletivo

Esforço conjunto entre várias instituições de classe no Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) rendeu bom resultado. O serviço de energia elétrica foi incluído na lista de atividades que não poderão ter incidência do novo imposto seletivo, criado no âmbito da reforma tributária, cujo objetivo será onerar atividades consideradas prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. As articulações conduzidas pelo Fase, colegiado para o qual o Presidente-Executivo da Abraceel foi eleito para ocupar o cargo de vice-presidente, foram feitas por meio de reuniões com parlamentares e assessorias, conversas com formadores de opinião e publicação de reportagens e artigos na imprensa.

Ação conjunta no Fórum do Gás busca evitar novas reservas de mercado

Ação coordenada de diversas organizações no Fórum do Gás, incluindo a Abraceel, combateu a proposta de criar reserva de mercado para uso do gás nacional, a ser ofertado no mercado brasileiro, na produção de fertilizantes. As interações com o governo federal sobre a política nacional de gás natural, incluindo reunião com Vice-Presidente da República Geraldo Alckmin, buscaram apontar as diretrizes para o desenvolvimento competitivo desse mercado.

NOSSOS NÚMEROS

8

Estudos Técnicos,
sendo 7 produzidos pela
equipe interna

24

Contribuições entregues
em processos de
consultas públicas

28

**Reuniões do Grupo
Técnico** para discutir
diagnósticos e propostas



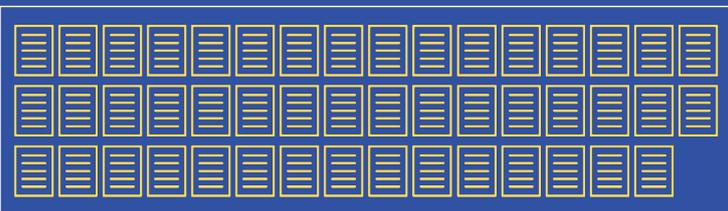
20

**Cartas e
Posicionamentos**
técnicos enviados à
governança pública



20

**Reuniões do Conselho
de Administração**
para definir estratégias



49

**Edições do Relatório
Semanal** com as
principais informações
do mercado



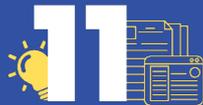
20

**Eventos realizados ou
copromovidos,** sendo
4 workshops e 4 Sexta Livres



25

Participações em
eventos de destaque



11
**Artigos publicados em grandes
jornais** e mídia especializada



2.211

Matérias publicadas nas
mídias tradicionais e digitais



111
Publicações no site da Abraceel,
com mais de **60 mil acessos**



18

mil seguidores
nas redes sociais

Com **450 mil impressões**
em **120 publicações**

NÚMEROS DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA

No Brasil existem hoje

38.531

Unidades consumidoras

23% de crescimento em relação a 2022

Em 2023 o mercado livre de energia atingiu a marca de

333

R\$ **BILHÕES**

em economia acumulada para o consumidor desde 2003

25.300

MWmed

Foi o consumo de energia no mercado livre em 2023

O que representa

de toda a energia consumida no Brasil

35%

517

Comercializadores, sendo

103

comercializadores varejistas

129.712

MWmed

Foi o volume transacionado no mercado livre, sendo assim responsável por **72% de toda energia transacionada no país**

72%

89.310

MWmed

Foram transacionados pelos comercializadores, o que representa **45% de toda energia transacionada no país**

45%

CONTRIBUIÇÕES PÚBLICAS

Para defender os interesses da atividade de comercialização de energia, a Abraceel participa de várias consultas e audiências públicas realizadas pelos órgãos da governança setorial.

A fundamentação regulatória e técnica tem origem nas análises da equipe técnica da Abraceel e, posteriormente, são reforçadas nas discussões promovidas no Grupo Técnico, que congrega profissionais das empresas associadas que atuam em temas que impactam os mercados energéticos. Em 2023, a Abraceel registrou 783 integrantes no Grupo Técnico, que ajudaram a Associação a embasar as propostas enviadas para 24 contribuições realizadas em 2023.

LEGENDA

TS - Tomada de Subsídios:

É o momento inicial dos estudos, onde o órgão público coleta informações e dados de interesse.

CP - Consulta Pública:

Discussão do tema em estágio avançado, em que se discute a minuta do texto normativo.

AP - Audiência Pública:

Contribuições por meio de manifestação oral, para apoio ao processo decisório.

Janeiro

- CP Arsesp 12/2022 - Devolução de créditos tributários no mercado de gás natural

Fevereiro

- Consulta externa do ONS: Inclusão da MMGD no processo de previsão da carga

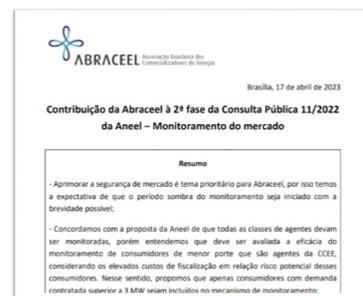
Março

- TS Aneel 29/2023: Satisfação do consumidor
- Planejamento estratégico integrado do MME

Abril

- CP MME 146/2022: Separação lastro e energia
- 2ª fase CP Aneel 11/2022 - Monitoramento prudencial do mercado

Abraceel se posicionou a favor do início do monitoramento com a maior brevidade possível. Entre as contribuições, recomendou que apenas consumidores com demanda superior a 3 MW fossem incluídos no monitoramento, considerando os elevados custos de fiscalização em relação ao seu risco potencial. Tal premissa não foi aceita, os consumidores foram incluídos, mas durante o “período sombra” essa obrigação poderá ser reavaliada. Outra contribuição foi sugerir que a divulgação dos resultados do fator de alavancagem ocorra com certa defasagem temporal, com vistas a não prejudicar as negociações em andamento. Os dados dos comercializadores são enviados semanalmente entre quinta e sexta-feira e a divulgação do fator de alavancagem é realizada na segunda-feira.



- CP SEDE 37/2023: Regulamentação da distribuição de biometano em Minas Gerais

Maio

- CP MME 150/2023: Indicadores do Plano de Recuperação dos Reservatórios

Junho

- CP MDIC: Plano de Redução do Custo Brasil



A Abraceel reforçou pleitos históricos em defesa da abertura integral dos mercados de energia no Brasil, reforçando as teses com estudos que evidenciam benefícios ao consumidor, ausência de desequilíbrios e mapeamento de ajustes necessários. A Associação mostrou os caminhos possíveis para viabilizar a abertura completa do mercado de energia elétrica, por meio legislativo ou infralegal. Após o fechamento da CP, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), colegiado de mais de 20 órgãos governamentais vinculado à Presidência da República, elencou a abertura dos mercados de energia elétrica e gás natural, bem como redução dos subsídios, como prioridades para reduzir o Custo Brasil e reforçar a competitividade das empresas brasileiras.

Julho

- CP MME 151/2023: Propostas da Cpamp de alterações metodológicas nos modelos
- CP MME 152/2023: Prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica



Alinhada a modernização do setor elétrico, a Abraceel enalteceu a visão do Ministério, que considerou “inevitável o processo de abertura do mercado”, apoiando a separação contábil dos serviços a serem prestados pela distribuidora, visto que alguns poderão ser prestados por outros agentes com vistas a beneficiar o consumidor com a ampliação da concorrência no mercado. Além disso, a Associação elogiou o fato do Ministério ter incluído o Open Energy nas discussões, apoiando a cláusula que prevê a proteção de dados dos usuários e o compartilhamento com terceiros, em linha com a legislação vigente, de forma a buscar maior isonomia no ambiente concorrencial e tornar o consumidor de fato dono dos seus próprios dados.

Agosto

- Formulário Cpamp: Prioridades do próximo ciclo de trabalho
- Proposta de nova governança CCEE



A Abraceel defendeu a competência da Assembleia Geral em deliberar sobre a aprovação do orçamento, em respeito aos interesses dos agentes que suportam as atividades da Câmara. Sugeriu, ainda, que o voto dos agentes nas Assembleias fosse secreto, assegurado por auditoria externa, de forma a preservar a independência e opinião das associadas da CCEE. Outro destaque foi o pleito para que o Presidente do Conselho de Administração da Câmara fosse indicado pelo conjunto de agentes, mantendo uma indicação do governo para apenas um membro do conselho.

Setembro

- CP ANP 10/2023: Gasoduto Subida da Serra
- Formulário Arsesp: Mercado livre de gás em São Paulo
- TS Aneel 14/2023: Agenda Regulatória Aneel 2024-2025
- CP 01/Agensersa: Mercado livre de gás no Rio de Janeiro

Outubro

- CP Aneel 28/2023: Aprimoramento da comercialização varejista

Abraceel classificou o aprimoramento e a simplificação da comercialização varejista como prioridade, considerando a necessidade de alcançar todos os consumidores do Grupo A, que reúne consumidores de energia em média e alta tensão, com potencial de beneficiar 165 mil unidades consumidoras a partir de janeiro de 2024. Como os consumidores com demanda menor de 500 kW só podem migrar com assistência de um comercializador varejista, a CP ganhou importância maior. Entre as propostas feitas, a Abraceel apoiou o papel da CCEE como centralizadora de todas as informações relacionadas à migração de consumidores varejistas, bem como a responsabilidade de ser agregadora dos dados de medição. Além disso, sugeriu que o consumidor possa denunciar o contrato – quando informa a distribuidora que deseja se desligar do mercado regulado e comprar energia no mercado livre – a qualquer momento, sem multa, quando passa a ter início a contagem dos 180 dias para cumprir o processo de migração. A regra de prorrogação automática por 12 meses dos CCERs, que na prática inviabilizavam a realização de aditivos contratuais menores, é vigente desde, pelo menos, o ano 2000, quando a representatividade do mercado livre e o empoderamento do consumidor eram bem diferentes do cenário atual.



Novembro

- CP MME 157///2023: Reestruturação da governança institucional das metodologias e dos programas computacionais do setor elétrico

Abraceel sugeriu e apoiou a extinção da Cpamp e o direcionamento das atividades para um comitê com governança específica, com organização da Aneel, de forma a resgatar o protagonismo do regulador nas discussões relacionadas à formação de preços. Além disso, a Abraceel defendeu que quaisquer aprimoramentos metodológicos devem estar aprovados e validados quando a implementação for decidida. As manifestações dos 18 contribuintes na CP foram unânimes em concordar com a iniciativa.



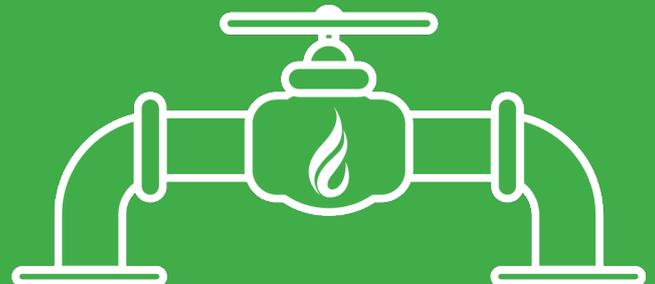
- CP MME 156/2023: Diretrizes para o enfrentamento de emergências no setor elétrico
- TS Aneel 17/2023: Validação das novas versões do modelo Dessem e Newave
- CP Aneel 37/2023: Regras de comercialização 2024
- CP Arsesp 08/2023: Mercado livre de gás em São Paulo

Dezembro

- CP MME 158/2023: Redução da inflexibilidade termelétrica

Contribuições no mercado de gás

Em 2023, a Abraceel contribuiu em cinco consultas públicas acerca do mercado de gás natural, reforçando pleitos históricos de harmonização entre legislações estaduais e federal e defendendo sempre a exclusividade do poder federal de fiscalizar a atividade de comercialização de gás natural.



NOSSOS POSICIONAMENTOS

Além dos posicionamentos em consultas e audiências públicas, a Abraceel também manifesta teses e propostas por cartas, comunicados e entrevistas em defesa da modernização do modelo comercial e regulatório do setor elétrico.

Contrária à judicialização, Abraceel defende revisão da metodologia dos limites do PLD

Após reuniões do Grupo Técnico e consultas formais às empresas associadas, Abraceel entende que há espaços e oportunidades para aprimoramentos na Resolução 1.032/2022. Em relação ao PLD mínimo, a Associação questionou a necessidade de a TEOItaipu permanecer como parâmetro na metodologia. Já em relação ao PLD máximo, a Abraceel apontou que a metodologia requer reavaliação. Está prevista para 2024 a discussão em relação à metodologia do PLD máximo.

Aneel posterga início da classificação de comercializadores após pleito da Abraceel

A Abraceel formalizou pleito para postergar a entrega de documentos para subsidiar a classificação de comercializadores em tipo 1 e 2, que estava originalmente prevista para abril de 2023, a fim de oferecer maior tempo de adaptação para os agentes e instituições e menor complexidade da regra. A Abraceel sustentou em reunião pública da Diretoria da Aneel que a proposta da Associação não questionava o mérito da classificação dos comercializadores, mas sim a falta de regras detalhadas nos Procedimentos de Comercialização (PdCs) para orientar os comercializadores na implementação da norma. Assim, a entrega de documentos foi transferida para dezembro de 2023.

Abraceel sugere o fim da Cpamp

Em carta enviada ao MME, a Abraceel formalizou proposta de extinguir a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp), cujas atribuições deveriam ser retomadas pela Aneel, por meio do CT PMO/PLD. Em posicionamento, a Abraceel justificou a contribuição com base em dificuldades como a falta de transparência nas decisões da Cpamp, pouca participação dos agentes, tempo insuficiente para análise de propostas e deliberação, atrasos na publicação de atas e a falta de análises adicionais dos estudos. A proposta foi submetida à Consulta Pública do MME, que obteve ampla concordância dos agentes, e será encaminhada para deliberação no CNPE. Desde a constituição da Cpamp, há 15 anos, a governança entre as instituições setoriais foi repensada, em prol de maior flexibilidade, descentralização e autonomia, condizente com um setor elétrico moderno e participativo.

Comercializador independente de etanol

A Abraceel encaminhou correspondências ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apresentando propostas para viabilizar o papel do comercializador independente de etanol. No documento, a Associação reiterou a importância de que a ANP determine a estrutura mais adequada para o mercado, desconsiderando eventuais questões tributárias que possam criar obstáculos injustificados e ilegais à competição. As considerações foram respaldadas por um parecer jurídico que analisa as competências dos órgãos envolvidos na definição do papel do comercializador de etanol. A conclusão desse parecer é que as atribuições específicas da ANP, estabelecidas por lei, devem prevalecer na regulamentação da referida questão em discussão.

Abraceel expõe dificuldades no processo de migração e apresenta propostas

No decorrer de várias reuniões com a Aneel, a Abraceel relatou casos de dificuldades impostas aos consumidores ao tentarem migrar do mercado regulado para o livre. Em um plano de ação estruturado, a Abraceel criou o FaleAqui!, canal de comunicação exclusivo para receber casos concretos e evidências comprovando as dificuldades vivenciadas pelos consumidores. Após organizar as informações recebidas em indicadores agregados, os resultados foram encaminhados à Aneel para as ações necessárias.



Tendo como base os problemas relatados, a Abraceel propôs à Aneel um documento com as alterações regulatórias sugeridas para simplificar o processo de migração ao mercado livre de energia, com alterações na REN 1000/2021 e Módulo 5 do Prodist. Além disso, no fim do ano, apresentou proposta de melhores práticas para padronizar os procedimentos adotados pelas distribuidoras, isso após amplo mapeamento das práticas adotadas quando da migração de consumidores ao mercado livre.

Consumidor compra energia para si melhor do que Governo e Congresso

Na esteira da tramitação do PL 11.247/2023, cujo objetivo original era normatizar a geração de energia eólica offshore, a Abraceel listou os impactos negativos das medidas alheias ao foco da referida matéria legislativa que ampliaram subsídios e reservas de mercado para determinadas fontes de energia e que tentaram alterar abruptamente, sem discussão, as regras do mercado livre de energia, com transferência de custos exagerada do ambiente regulado para o competitivo. Uma dessas manifestações foi reproduzida pela Agência Infra. A Abraceel explicou que o consumidor, no mercado livre, contrata energia elétrica

com mais racionalidade, em comparação aos leilões centralizados realizados pelo governo, permeado por regras de contratações compulsórias de energias mais caras. A Abraceel ainda defendeu a reorganização da governança setorial, evitando invasão de competências, uma atuação mais racional e equilibrada das diversas associações de classe no Congresso Nacional, fim de diversos subsídios existentes que não são mais necessários e a modernização do modelo do setor elétrico com ampla discussão entre os agentes.

Entrevista: Governo e Congresso contratam mal a energia para o consumidor, diz presidente da Abraceel
• dezembro 11, 2023



Marisa Wanzeller e Leila Coimbra, da Agência INFRÁ

Na antessala do varejo, mercado de energia debate concorrência em bases isonômicas

Em um contexto de ampliação do acesso ao mercado livre de energia elétrica, agora para todos os consumidores do Grupo A, e não somente aqueles com demanda maior que 500 kW, os benefícios do ambiente competitivo, já usufruídos por mais de 38 mil consumidores de energia, estão acessíveis a outros 165 mil. Essa nova fase da abertura do mercado, a maior da história, uma transição entre o atacado e o varejo, será ensaio para a abertura completa, com potencial de democratizar o acesso a energia renovável e mais barata a quase 90 milhões de consumidores. Essa mudança em curso requer esforço cotidiano na defesa de práticas isonômicas de concorrência, o que beneficiaria empresas e consumidores de forma estrutural. Essa tese foi defendida pelo presidente-executivo da Abraceel em [artigo publicado](#) no Poder360, aproveitando a oportunidade para resgatar os princípios do Estatuto e do Código de Ética da Associação.

PODER 360

opinião

Mercado livre de energia e a defesa da boa concorrência

Agência Nacional de Energia Elétrica tem se modernizado para incentivar e fiscalizar a concorrência no setor, escreve Rodrigo Ferreira



Abertura completa do mercado elétrico: cronograma trará previsibilidade



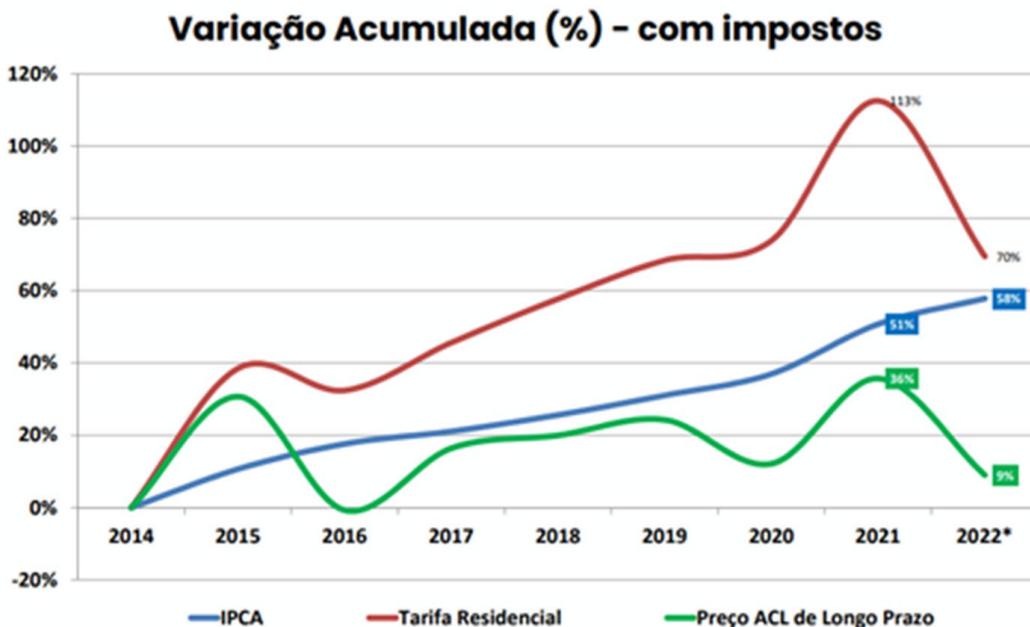
A abertura do Grupo B, beneficiando 90 milhões de consumidores de energia, pode acontecer em 2026. Mas, para isso, a Abraceel defende a publicação de cronograma, para que, no período, haja tempo suficiente para tomar providências necessárias. O PL 414/2021 é um canal para isso, defendeu o Presidente-Executivo da Abraceel em entrevista ao Broadcast Energia. Em paralelo, o MME também pode tomar essa decisão, pois a Lei 9.074, de 1995, permite que o Ministério promova a abertura completa do mercado de energia elétrica por portaria ou decreto. Na oportunidade, a Abraceel também explicou que transferir custos e ineficiências do mercado regulado ao livre não é boa solução para equacionar a escalada de tarifas nos últimos anos e que o ambiente cativo tem sido palco de decisões mal tomadas, pois a energia não tem sido contratada de forma eficiente para o consumidor.

NOSSOS ESTUDOS

A Abraceel participa de forma intensa no debate para o desenvolvimento do mercado de energia elétrica brasileiro em bases equilibradas e sustentáveis, sem deixar custos desnecessários aos consumidores. Esse debate é suportado pela produção e contratação de estudos que ajudem a esclarecer pontos em debate e a trazer evidências sólidas para a busca de consensos entre os atores participantes. Confira alguns destaques.

Conta de luz sobe mais que a inflação no mercado cativo entre 2015 e 2022

A Abraceel realizou levantamento mostrando que, entre 2015 e 2022, a conta de energia elétrica do consumidor brasileiro no mercado regulado aumentou muito acima da inflação. No período, a “inflação da energia” foi de 70% no mercado regulado, contra 58% de evolução do IPCA. Já no mercado livre, onde os clientes podem negociar livremente os contratos de energia, os preços apresentaram uma alta de apenas 9% nos últimos oito anos. Os valores consideram a queda no valor da tarifa resultante da limitação de incidência de ICMS ocorrida em 2021.



Acesse o estudo pelo QR Code



Portabilidade pode reduzir conta de luz em R\$ 35,8 bilhões para “Brasil esquecido”

A abertura do mercado de baixa tensão, política pública mais democrática por beneficiar de forma mais ampla diversos segmentos de consumidores, apresenta potencial para reduzir a conta de luz em R\$ 35,8 bilhões para brasileiros de baixa renda, classe média e pequenos negócios quando comparado ao que eles pagam atualmente no mercado regulado. Isso equivale a uma redução média de 19% nas contas de luz. Mais de 5 milhões de consumidores de baixa renda, categoria que totaliza 15 milhões de unidades consumidoras, poderiam usufruir de descontos adicionais variando entre 7,5% e 10% nas respectivas contas de energia – o que, inclusive, resultaria em redução de 4% no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O acesso ao mercado livre não apenas beneficia os consumidores de baixa renda, mas o chamado “Brasil esquecido”, grupo assim chamado por ser composto por pessoas que nos últimos anos não encontraram alternativas para reduzir os valores da energia consumida na medida em que não se encaixam nas regras de acesso à tarifa social e ao mercado livre de energia e não têm recursos próprios, capacidade de crédito ou telhado para instalar sistemas de geração distribuída solar fotovoltaica. São mais de 150 milhões de brasileiros, agrupados em cerca de 73 milhões de unidades consumidoras, que incluem as famílias de classe média e mais de 90% dos pequenos comércios, indústrias e empreendedores rurais.

IMPACTO NACIONAL

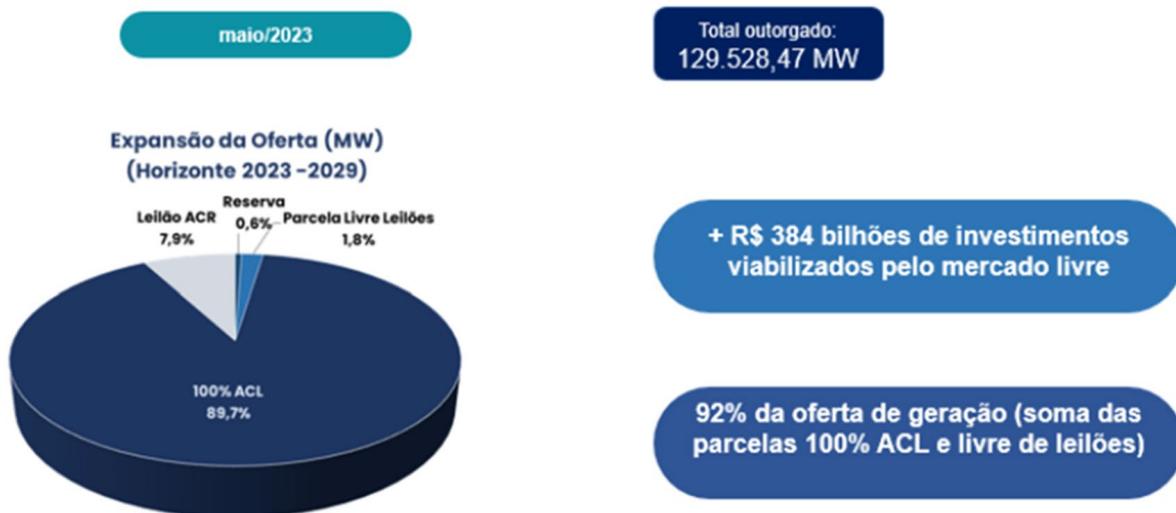
TOTAL 2022					
Classe	UCs	UCs %	Consumo MWmed	Consumo %	Benefício Anual (R\$)
Residencial	62.953.560	70%	14.581	58%	22.672.691.689,14
Baixa Renda	14.739.603	17%	2.660	11%	880.961.908,85
Rural	4.479.022	5%	1.834	7%	2.852.212.369,88
Comercial	5.996.344	7%	4.603	18%	7.157.004.514,90
Industrial	411.516	0%	457	2%	710.077.983,57
Serviço/Poder Público	748.599	1%	1.019	4%	1.584.205.724,28
TOTAL	89.328.644	100%	25.153	100%	35.857.154.190,62

Acesse o estudo pelo QR Code



Mercado livre já responde por 92% da expansão da geração centralizada no Brasil

Estudo da Abraceel mostra que, do total de 129,5 GW de energia elétrica centralizada já outorgada, com previsão de operação entre 2023 e 2029, 92% estão sendo destinados ao mercado livre. O levantamento é feito com base em dados oficiais da Aneel. Essa parcela representa mais de R\$ 384 bilhões de investimentos entre 2023 e 2029, de um total de R\$ 424 bilhões previstos para todo o segmento de geração de energia no período. Se forem consideradas apenas as usinas com obras em andamento e licença de instalação vigente, o que soma 18,5 GW, o mercado livre de energia segue como ambiente majoritário para os novos investimentos, pois concentra 77% da geração centralizada em expansão até 2029. Além disso, dados do BNDES demonstram o protagonismo das comercializadoras nessa expansão. Do total dos projetos eólicos e solares financiados pelo BNDES entre 2018 e 2022, 52% foram suportados por comercializadoras. Essa contribuição do mercado livre para a expansão da matriz de geração elétrica brasileira vem crescendo. Estudo da Abraceel em 2019 mostrou que o ambiente de contratação livre respondia, naquele ano, por 34% de toda a expansão do parque gerador prevista para ser entregue em cinco anos. Novos recortes realizados em 2021 e 2022 detectaram que essa parcela cresceu para 72% e 83%, respectivamente. Agora, está em 92%.

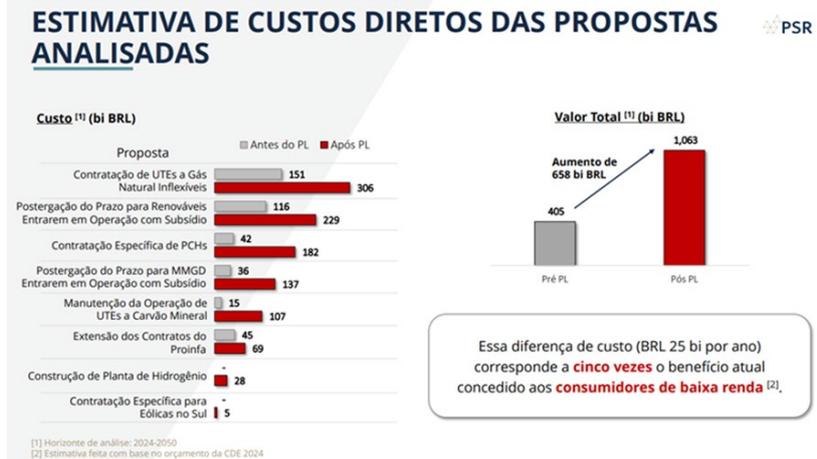


Acesse o estudo pelo QR Code



Avaliação dos impactos do PL 11.247/2018 – PSR

A aprovação, na Câmara dos Deputados, de medidas alheias ao escopo original do PL 11.247/2018, originalmente formulado para normatizar a geração de energia eólica offshore, trará impactos negativos para o consumidor. O estudo foi realizado pela PSR a pedido do Movimento Transição Energética Justa, formado por oito entidades setoriais, incluindo a Abraceel. As medidas têm impacto potencial no custo para o consumidor de R\$ 25 bilhões por ano até 2050 – o que equivale a R\$ 658 bilhões no período. O valor representa aumento no custo de energia de 11%, com reflexos diretos na inflação, no poder de compra da população e na competitividade industrial do país.



O estudo foi realizado pela PSR a pedido do Movimento Transição Energética Justa, formado por oito entidades setoriais, incluindo a Abraceel. As medidas têm impacto potencial no custo para o consumidor de R\$ 25 bilhões por ano até 2050 – o que equivale a R\$ 658 bilhões no período. O valor representa aumento no custo de energia de 11%, com reflexos diretos na inflação, no poder de compra da população e na competitividade industrial do país.

Brasil evolui pouco em ranking internacional de liberdade de escolha de energia

O Ranking Internacional de Liberdade de Energia Elétrica da Abraceel considera o nível de liberalização do mercado de países que instituíram algum nível de abertura e o tamanho do mercado, considerando para isso os dados disponíveis no relatório anual da Agência Internacional de Energia (IEA). Antes da abertura do Grupo A, o Brasil passou a ocupar a 47ª posição em uma lista de 56 países em que há alguma regra autorizando consumidores a participarem de mercados livres de energia. Em 2019, estava na 55ª posição. Caso o Brasil já tivesse um mercado livre de energia elétrica acessível por todos, estaria na 4ª posição, logo atrás da França. Japão e Coreia do Sul ocupam a primeira e segunda posições, respectivamente. Os 35 primeiros colocados têm mercados completamente liberalizados e já concedem a todos os consumidores, independentemente do porte ou categoria, o direito de escolher o fornecedor de energia elétrica, caso assim desejem.

Ranking internacional de liberdade de energia elétrica no Mercado Livre

1º	Japão	Todos os consumidores
2º	Coreia do Sul	Todos os consumidores
3º	Alemanha	Todos os consumidores
4º	França	Todos os consumidores
5º	Reino Unido	Todos os consumidores
6º	Itália	Todos os consumidores
7º	Espanha	Todos os consumidores
8º	Austrália	Todos os consumidores
9º	Polónia	Todos os consumidores
10º	Suécia	Todos os consumidores
11º	Noruega	Todos os consumidores
12º	Holanda	Todos os consumidores
13º	Bélgica	Todos os consumidores
14º	Finlândia	Todos os consumidores
15º	Áustria	Todos os consumidores
16º	República Tcheca	Todos os consumidores
17º	Suíça	Todos os consumidores
18º	Grécia	Todos os consumidores
19º	Romênia	Todos os consumidores
20º	Portugal	Todos os consumidores
21º	Nova Zelândia	Todos os consumidores
22º	Hungria	Todos os consumidores
23º	Bulgária	Todos os consumidores
24º	Dinamarca	Todos os consumidores
25º	Irlanda	Todos os consumidores
26º	Eslováquia	Todos os consumidores
27º	Eslovênia	Todos os consumidores
28º	Croácia	Todos os consumidores
29º	Lituânia	Todos os consumidores
30º	Estônia	Todos os consumidores
31º	Luxemburgo	Todos os consumidores
32º	Letônia	Todos os consumidores
33º	El Salvador	Todos os consumidores
34º	Chipre	Todos os consumidores
35º	Malta	Todos os consumidores
36º	Estados Unidos	Todos livres em 19 Estados
37º	Rússia	Todos livres exceto residencial
38º	Canadá	Todos livres em Ontário e Alberta
39º	Turquia	Acima de 0,20 kW
40º	Singapura	Acima de 4,5 kW
41º	Colômbia	Acima de 100 kW
42º	Guatemala	Acima de 100 kW
43º	Panamá	Acima de 100 kW
44º	Peru	Acima de 200 kW
45º	Uruguai	Acima de 250 kW
46º	Argentina	Acima de 300 kW
47º	Brasil	Acima de 500 kW
48º	Chile	Acima de 500 kW
49º	Filipinas	Acima de 750 kW
50º	Taiwan	Acima de 750 kW
51º	Índia	Acima de 1000kW
52º	México	Acima de 1000kW
53º	Equador	Acima de 1000kW
54º	Rep. Dominicana	Acima de 1000kW
55º	Bolívia	Acima de 1000kW
56º	China	Em processo de abertura de mercado

Abertura do Grupo A tem potencial de gerar mais de 200 mil empregos

Estudo da Abraceel calculou, utilizando metodologia do BNDES, a quantidade de empregos diretos, indiretos e via efeito-renda que a abertura do Grupo A, que compreende consumidores de média e alta tensão, pode legar para a economia. O trabalho concluiu que as categorias de consumidores alocadas do Grupo A podem obter R\$ 3,7 bilhões de redução de custos ao ano com a livre compra de energia elétrica em comparação ao que pagam atualmente no mercado regulado. Esses valores, ao serem reinvestidos na economia em atividades como melhoria de processos e expansão de mão de obra, apresentam potencial de gerar 203,1 mil empregos novos ao ano.

Geração de emprego e economia ao consumidor

Classe	Consumo (MW médios)	Empregos por 10 milhões				Economia	Empregos Gerados			TOTAL
		Diretos	Indiretos	Efeito-Renda	Total		Diretos	Indiretos	Efeito-Renda	
Industrial	1.300	124	126	250	500	1.229.904.000,00	15.251	15.497	30.748	61.495
Comercial	1.940	185	78	265	527	1.835.395.200,00	33.918	14.243	48.565	96.725
Rural	440	393	131	303	827	416.275.200,00	16.360	5.453	12.613	34.426
P. Público	140	165	98	290	553	132.451.200,00	2.185	1.298	3.841	7.325
Serv. Público	60	165	98	290	553	56.764.800,00	937	556	1.646	3.139
TOTAL	3.880					3.670.790.400,00	68.651	37.047	97.413	203.110

Consumidores livres obtêm economia recorde na compra de energia elétrica



O mercado livre de energia propiciou patamar anual recorde de R\$ 41 bilhões de economia nos gastos com energia elétrica aos consumidores que participam desse ambiente de contratação, resultado impulsionado por um consumo médio mensal de 24.503 MW médios, volume inédito no histórico de demanda pelos consumidores livres. Incluindo esse patamar de consumo em 2022, o mercado livre de energia já propiciou ganhos acumulados de R\$ 339 bilhões aos consumidores que têm autorização de participar desse ambiente de contratação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Lideranças pautam prioridades para o mercado em 2024

A Abraceel realizou o tradicional Encontro de Planejamento Estratégico, desta vez em Brasília, nos dias 26 e 27 de outubro de 2023. O evento contou com mais de 100 pessoas, de 59 empresas diferentes, e teve três importantes momentos.

O primeiro foi marcado por apresentações e debates, para oferecer às empresas associadas um panorama do cenário regulatório e político da agenda do mercado de energia, além da visão de mercados internacionais e da evolução das metas definidas no ano anterior.

Participaram do encontro Fernando Colli, Secretário Executivo-Adjunto do MME; o deputado federal Fernando Filho (União-PE), relator do PL 414/2021; Mário Menel, Presidente do Fase; Alessandro Cantarino, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado (SGM) da Aneel; Marco Delgado, Conselheiro da CCEE; e Alexandre Viana, Sócio e Diretor da Thymos Energia.

Os dois seguintes envolveram discussões e trabalhos em grupo para definição das metas e a realização de coquetel para confraternização e relacionamento.

O Planejamento Estratégico da Abraceel é precedido de entrevistas com as empresas associadas para identificar forças e fraquezas da associação, bem como oportunidades e ameaças no mercado. Em 2023, 90 empresas foram entrevistadas individualmente. O conteúdo consolidado serve para preparar as discussões ao longo dos dois dias do evento com lideranças empresariais do mercado livre.

Donato Filho, Diretor-Geral da Volt Robotics, conduziu os trabalhos e a dinâmica com os representantes das empresas associadas, com ampla discussão, para definir as prioridades para o mercado de comercialização de energia em 2024.

As metas foram posteriormente validadas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e divulgadas em um documento executivo denominado Agenda do Mercado para toda a governança setorial.



NOSSOS EVENTOS

Ao longo de 2023 a Abraceel organizou e esteve presente em mais de **50 eventos setoriais**. Confira os principais:



09/03/2023 - Eleição do Conselho de Administração da Abraceel

A eleição dos integrantes do Conselho de Administração ocorre a cada dois anos e é um processo único entre associações de classe.

Cada empresa associada da Abraceel tem o mesmo peso ao participar da votação, independentemente do seu porte. Cada representante pode escolher até oito candidatos, que é a quantidade de cadeiras de conselho em aberto.

Qualquer empresa, se desejar, pode apresentar uma candidatura. Em 2023, 15 candidatos foram inscritos para disputar oito vagas disponíveis. A nona vaga é de um conselheiro independente, cujo mandato é sancionado posteriormente pelo conselho eleito.

Os candidatos fazem campanha, procuram os representantes das empresas associadas, que são os eleitores, e pedem votos. Em geral, explicam o que pretendem fazer pelo avanço do mercado e fazem reuniões com as demais empresas.

No dia da eleição, cada candidato tem direito a três minutos de discurso, para apresentar diretrizes e propostas, o que é feito diante de um auditório lotado, sendo esse o evento da Abraceel com maior participação de empresas associadas.

Na véspera da eleição, no caso dia 08 de março, em São Paulo, a Abraceel organizou um coquetel, quando os candidatos puderam fazer um "corpo a corpo" com os eleitores. O evento contou com a presença de mais de 100 pessoas, entre candidatos, representantes das empresas e demais associadas.



17/05/2023 - Lançamento do estudo “Portabilidade da Conta de Luz: Justiça Social e Transição Energética Justa”

A Abraceel realizou no dia 17 de maio, em Brasília, o lançamento do estudo Portabilidade da Conta de Luz: Justiça Social e Transição Energética Justa.

O trabalho mostrou benefício disseminado da abertura do mercado de energia elétrica para todas as classes sociais e categorias de consumidores, mas principalmente aos brasileiros de baixa renda e classe média, bem como para pequenos negócios dos setores comercial, industrial e rural, denominados de “Brasil esquecido”.

Além de evidenciar a abertura do mercado como uma política pública estruturante para reduzir o custo de energia de forma democrática para todos, o estudo explicou como a liberdade de escolha é importante para dar ao consumidor um papel de protagonista na transição energética. Parlamentares e autoridades estiveram presentes, como Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), Beto Richa (PSDB-PR), Dimas Fabiano (PP-MG), Fernando Filho (União -PE), Ricardo Tili (Aneel), Fernando Mosna (Aneel), Gentil Nogueira (MME), João Daniel (MME), Juan Ángel Delgado (Embaixador do Paraguai), além de conselheiros da Abraceel e empresários.



10/08 e 24/08/2023 - Oportunidades do mercado de carbono para comercializadoras de energia

A Abraceel organizou dois workshops para disseminar conhecimento a respeito das oportunidades do mercado de carbono para comercializadoras de energia.

Enquanto o primeiro dia trouxe palestras e promoveu debate para analisar o potencial atual de negócios com produtos verdes, certificados, selos, offsets, certificados de origem renovável de energia, o segundo tratou do mercado regulado e das iniciativas no governo federal e no Congresso Nacional. Mais de 500 pessoas participaram das duas sessões.

Especialistas da McKinsey, GSS Carbono e Bioinovação, Instituto Totum, Auren, Comerc, CNI, Fmase, 2W, Enel e Cebds explicaram os diferentes mercados, mecanismos e tipos de carbono, detalhando as diferenças e o potencial de transações. Durante o evento ficou claro que o mercado de carbono abre espaço para comercializadoras oferecerem produtos e serviços, ao encontro da demanda dos clientes.

As discussões para normatizar o mercado regulado de carbono deixaram claro que há espaço para aperfeiçoar as propostas em tramitação no Congresso Nacional, com foco na governança, relação com o mercado voluntário, infrações, penalidades e tributação.

26/08/2023 - Comercialização de energia elétrica completa 25 anos no Brasil

Agosto foi marcado pela comemoração de 25 anos da resolução da Aneel que normatizou a atividade de comercialização de energia elétrica no Brasil. Isso porque, no dia 14/08/1998, o Diário Oficial da União trouxe publicada a Resolução 265 da Aneel, que regulamentou essa atividade.

O momento marcou também 25 anos de atividade da associada Tradener. A celebração ocorreu na Ópera do Arame, em Curitiba, com o espetáculo "Abba in Concert Tributo Sinfônico", uma superprodução com orquestra sinfônica, cantores líricos, dançarinos, patinadores e artistas circenses.

Quase mil pessoas presenciaram o espetáculo, que contou com apoio da Abraceel na organização e com a participação de autoridades públicas como o Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, conselheiros da CCEE, dirigentes de associações de classe e representantes do mercado.



29/08/2023 – Impactos da reforma tributária no mercado de energia elétrica

Em meio a um cenário de dúvidas e preocupações quanto aos possíveis impactos da proposta de reforma tributária para o mercado de energia elétrica, com especial atenção ao segmento de comercialização, a Abraceel reuniu um time de especialistas de escritórios de advocacia de primeira linha para buscar esclarecimentos e oferecer uma visão técnica, legal e jurídica para pontos de atenção previamente identificados pelas empresas associadas.

Ariane Guimarães (Mattos Filho), Camila Galvão (Machado Meyer), Luiz Gustavo Bichara (Bichara), Rafaela Canito (Lefosse) e Urias Martiniano (Urias Martiniano) participaram do debate com mais de 400 representantes de empresas associadas.

Em resumo, os especialistas explicaram que a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional traz intrinsecamente o risco de aumento de carga tributária para o mercado elétrico, mesmo que o serviço seja considerado essencial à sociedade, sugerindo caminhos para atuação da Associação na defesa do mercado livre de energia elétrica.



31/08/2023 - E-book esclarece dúvidas tributárias e contábeis em derivativos de energia

A Abraceel e a BBCE lançaram um e-book que trouxe respostas para dúvidas tributárias e contábeis em derivativos de energia elétrica, um mercado ainda pouco explorado no Brasil.

O conteúdo, com simulações e questões mais práticas e menos conceituais, foi elaborado por professores e consultores especializados em ciências contábeis sob supervisão da BBCE e da Abraceel. Esse é o quarto e-book em parceria entre as instituições.



21/09/2023 - Grupo Técnico realiza encontro anual com autoridades

Mais de cem pessoas participaram da 1ª edição do Encontro Anual do Grupo Técnico da Abraceel, realizado em São Paulo. A iniciativa atendeu solicitação das empresas associadas por encontros presenciais do principal fórum de discussões técnicas da Associação.

Com executivos da Aneel e da CCEE na programação, o encontro trouxe uma visão panorâmica, mas sem prescindir de detalhes, a respeito do nível de atualização e da velocidade de avanço de pautas prioritárias da agenda do mercado, como a metodologia do novo programa de monitoramento prudencial, simplificação da comercialização varejista, melhorias na governança da formação de preços e revisão dos limites do PLD.



10/10/2023 - Na Fiesp, indústrias conhecem benefícios do mercado livre de energia

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foi palco do workshop Mercado Livre de Energia Elétrica, assistido por mais de 200 pessoas presencialmente e 4,7 mil online, entre consumidores industriais e comercializadores.

A Abraceel foi parceira do evento e lançou oficialmente a Cartilha do Mercado Livre de Energia, um guia para consumidores interessados em comprar energia elétrica livremente, com foco naqueles abarcados pela Portaria 50 do MME.

Os consumidores industriais conheceram em detalhes o funcionamento e os benefícios do mercado livre de energia elétrica, incluindo as etapas envolvidas no processo de migração e as mudanças que ocorrerão em 2024.

A motivação da Fiesp foi apresentar às indústrias uma alternativa para reduzir os custos com energia elétrica. O evento está disponível no canal da Fiesp no YouTube.



23/10/2023 – Evento ressalta proteção de dados do consumidor e defesa da concorrência

O evento Proteção de Dados do Consumidor e Defesa da Concorrência foi presenciado por cerca de 170 pessoas e contou com participação de Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do CADE; Maria Luiza Ferreira Caldwell, Superintendente de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado da Aneel; André Ruelli, Superintendente de Mediação Administrativa e das Relações de Consumo da Aneel; Camila Alves, especialista do Julião Coelho Advogados; e Ricardo Brandão, Diretor Executivo de Regulação da Abradee.

Diante da expansão do mercado livre de energia elétrica, a Abraceel apontou que o cuidado com os dados do consumidor é essencial, bem como as práticas isonômicas de concorrência, de forma a fomentar um ambiente concorrencial capaz de oferecer menores preços e melhores produtos e serviços.



24/11/2023 – Open energy pode aproveitar experiência de outros segmentos econômicos

A Abraceel organizou o Workshop Open Energy, com presença de especialistas e mais de 300 participantes, para debater a importância do compartilhamento de dados dos consumidores no setor elétrico, formas de implementá-lo e cuidados necessários.

Nayanne Brito (Engie), Rogério Melfi (ABFintech) e César Martins (Chicago Advisory) destacaram benefícios, cuidados, caminhos e experiência de outros setores econômicos, como o financeiro e de seguros, para dar ao consumidor a gestão dos próprios dados de consumo.

Os especialistas enfatizaram que a experiência do compartilhamento de dados dos consumidores em outros setores econômicos importantes pode acelerar a adoção do conceito de open energy no Brasil, evitando redundâncias e capitalizando tecnologias já disponíveis.



07/12/2023 – Coquetel anual de confraternização

No fechamento de 2023, a Abraceel contou com ampla participação das empresas associadas ao longo de diversas atividades no dia 7 de dezembro. A programação envolveu a última reunião do Conselho de Administração do ano, Assembleia Geral Ordinária (AGO), que aprovou a proposta orçamentária para 2024 e as bandeiras e metas da associação para o próximo ano, e o tradicional Coquetel Anual, em São Paulo, que reuniu mais de 200 pessoas do mercado de energia.

O Coquetel Anual da Abraceel é reconhecido como importante evento do calendário da comercialização por propiciar confraternização, celebração de conquistas e relacionamento com lideranças do mercado elétrico.



Eventos com participação da Abraceel

27.01 - Workshop migração para o mercado livre, em parceria com a CNI

07.02 - Welcome Energia

10.02 - Mercado em Transformação, do Bradesco

02.03 - Evento do Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia (IPETEC)

21 e 22.03 - Norus Summit 2023

29.03 - Agenda Setorial

12.04 - Shell Cenários

29.05 - Encontro Sebrae Nacional

15.06 - Congresso de Inovação na Distribuição de Energia (CIDE)

20.06 - Hydrogen Expo South America

21 e 22.06 - 20 anos do Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase).

28.06 - Eleição do Fase e visita técnica às UHEs Jirau e Santo Antônio

27 e 28.07 - Evento Absolar sobre mercado livre

27 e 28.07 - Café da manhã Fase e Fmase

17.08 - 8º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste, do Grupo BC Energia

23 e 24.08 - 9º Encuentro Latinoamericano de Energia, na Colômbia, para lançamento da Associação de Comercializadores Ibero-Americanos - AICE

23.08 - 2º Encontro Migratio de Energia e Gás em Limeira e Região

24.08 - Simple Energy realizou encontro com seus parceiros, em São Paulo

31.08 - Seminário TCU sobre vencimento das concessões de distribuição de energia

14.09 - 2W Ecobank Day

14.09 - Procurement Club - Eco Compras: A Energia do Futuro

20.09 - Evento digital do Grupo BC Energia sobre abertura do mercado

25.09 - Abertura da Semana da Gestão e Eficiência Energética 2023

29.09 - Infra Women Brasil (IWB)

04.10 - Fórum de Geração Centralizada

05.10 - CCEE e a Aneel promoveram o Encontro de Abertura de Mercado

18.10 - XIII Congresso Brasileiro de Regulação e Expo/ABAR

18.10 - XXIX Simpósio Jurídico da ABCE

09.11 - Workshop Aurora Energy para debater perspectivas para o setor

17.11 - 23º Encontro Nacional dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica

29.11 a 01.12 - Encontro Anual do Mercado Livre, na Costa do Sauipe, na Bahia.

05.12 - 58ª Reunião de Altos Executivos da Comisión de Integración Energética Regional - CIER

SEXTA LIVRE

Em 2023, foram realizados quatro eventos digitais da Sexta Livre, que busca levar aos agentes de mercado avaliações de especialistas e autoridades que esclareçam temas de fronteira do conhecimento da agenda do mercado de energia.

09/02/2023

Como o mercado ibérico opera derivativos de energia?

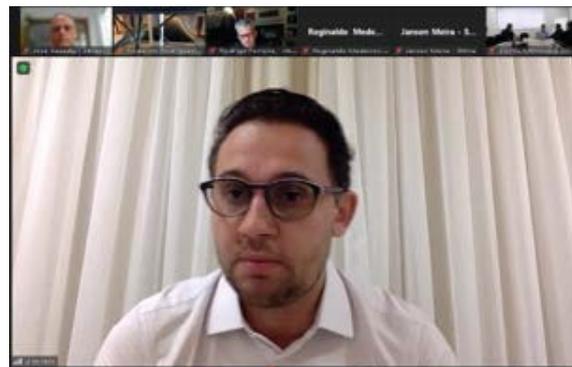
Jorge Simão, Diretor do Operador do Mercado a Prazo (OMIP) do Mercado Ibérico de Energia Elétrica (Mibel), apresentou a estrutura e o funcionamento do mercado de derivativos de energia em evento para mais de 200 pessoas, incluindo representantes da Aneel e CCEE. Detalhes da operação da Câmara de Compensação e Contraparte Central (OMIClear), que realiza a compensação e liquidação dos derivativos negociados no OMIP, também foram destacados. O encontro ocorreu na esteira da Missão Internacional da Abraceel ao mercado ibérico, cujo objetivo foi absorver experiências de mercados mais desenvolvidos e, dessa forma, apoiar a modernização do modelo regulatório e comercial do setor elétrico brasileiro.



12/05/2023

Especialista propõe modelo de estruturação para comercialização varejista

O advogado Urias Martiniano apresentou um modelo de estruturação da operação, com atenção a aspectos contratuais, regulatórios e legais, da comercialização varejista de energia para mais de 350 profissionais das empresas associadas. O tema ganhou relevância diante da perspectiva de abertura do mercado elétrico a todos os consumidores atendidos em média e alta tensão em janeiro de 2024. O especialista ainda ofereceu sugestões para aprimorar a atual regulação que rege o varejista.



#SEXTALIVRE

19/05/2023

Derivativos de energia ofertam liquidez, transparência e eficiência

O Diretor Comercial da BBCE, Rafael Carneiro, discutiu o funcionamento e os benefícios dos derivativos de energia para um público composto de mais de 250 pessoas. O convidado explicou a diferença do mercado físico e de derivativos de energia, além do funcionamento de um novo produto, recém-lançado, indexado ao Custo Marginal de Operação (CMO). Na segunda sessão do evento, os participantes tiveram oportunidade de manifestar dúvidas e fazer ponderações envolvendo principalmente questões tributárias e contábeis relativas ao mercado de derivativos de energia.



04/08/2023

Inteligência artificial ganha espaço no mercado de energia elétrica

Donato Filho, Diretor-Geral da Volt Robotics, analisou a inserção crescente de ferramentas de inteligência artificial no mercado em evento digital realizado para mais de 600 pessoas. A apresentação demonstrou soluções baseadas em inteligência artificial para segmentação e localização de clientes, tarifas de energia e tendências de preços, que são algumas atividades com grande demanda por parte das empresas.



CAMPANHAS ESPECIAIS

Abraceel destaca maturidade regulatória para avanço do mercado em 25 anos

O comercializador, um dos símbolos do mercado livre de energia, comemorou 25 anos de atuação no dia 14 de agosto, data de publicação no Diário Oficial da União da Resolução 265/1998 da Aneel, norma que regulamentou a atividade. A maturidade da comercialização de energia elétrica é fruto do dinamismo das empresas, mas também do grau de evolução da legislação e regulação, que trouxe a atividade

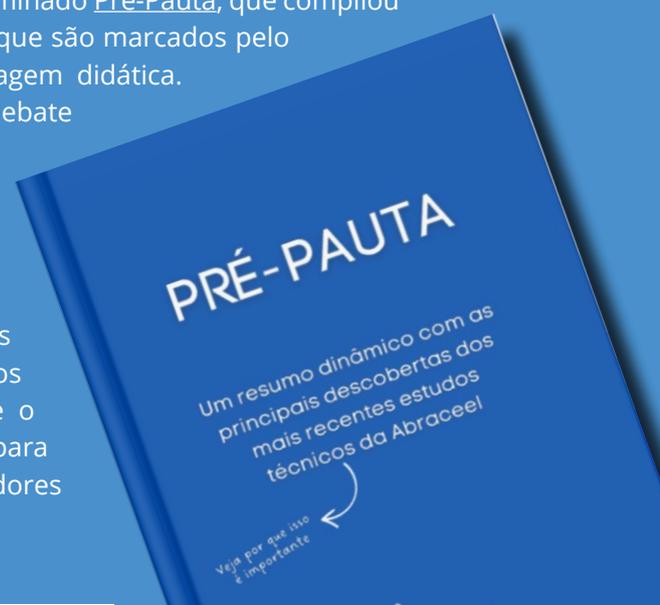


até o atual estágio de desenvolvimento. Para reforçar a importância do avanço normativo, a Abraceel fez um levantamento e listou as normas mais relevantes editadas nesse período, um reconhecimento ao trabalho dos órgãos reguladores. Entre as leis, destaque para a 9.074/1995, que cria o mercado livre, a 9.427/1996, que delega à Aneel a autorização do comercializador, e a 10.848/2004, que instituiu o então chamado “novo modelo do setor elétrico”. Entre resoluções, destaque para a 265/1998 (condições para o exercício da comercialização de energia), a 594/2001 (metodologia de cálculo das tarifas de uso dos sistemas de distribuição), a 904/2020 (critérios e condições do mecanismo de venda de excedentes e dos mecanismos de gestão de contratos de comercialização) e a 1.009/2022 (regras para contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre). A data foi também marcada por um evento organizado pela Tradener, que também completou 25 anos de atividade, na Ópera de Arame, em Curitiba, Paraná, com um espetáculo envolvendo música, cenografia, dançarinos e artistas, além de efeitos especiais.

Pré-Pauta: conteúdo especial organiza os mais recentes estudos da Abraceel

A Abraceel produziu e divulgou um conteúdo especial, denominado Pré-Pauta, que compilou e resumiu os últimos estudos elaborados pela Associação, que são marcados pelo embasamento técnico, metodologia transparente e linguagem didática.

Essas características são importantes para contribuir no debate público e promover o avanço de agendas prioritárias, como a abertura do mercado de energia elétrica no Brasil. O nome busca no jornalismo uma inspiração. Isso porque a pré-pauta é uma etapa de apuração de informações que antecede a discussão em conjunto entre repórteres e editores, quando ideias e assuntos são testados e os mais consistentes são posteriormente apresentados aos leitores, ouvintes ou telespectadores. Esse é exatamente o objetivo pretendido com esse documento, que é voltado para apoiar tomadores de decisão, agentes do mercado e formadores de opinião no exercício de suas funções.



Campanha engaja empresas em novo programa de monitoramento do mercado

A Abraceel, defensora do fortalecimento da segurança de mercado, realizou campanhas de comunicação para engajar as empresas associadas a participarem no novo programa de monitoramento prudencial do setor de energia elétrica brasileiro com as melhores informações disponíveis, contribuindo assim para o sucesso dos testes em realização. O plano de ação envolveu discussões no Grupo Técnico, instância da Abraceel que reúne profissionais das empresas associadas especializados em regulação e operações de comercialização, campanhas informativas para ampliar a compreensão da relevância de enviar informações à CCEE semanalmente e dentro dos prazos, newsletters com esclarecimentos sobre o programa e participação quinzenal no Comitê de Implementação do Monitoramento, sessão criada pela CCEE para debater com os agentes do mercado dúvidas e aperfeiçoamentos que sejam necessários ao longo do período de testes.



E-book esclarece tratamento tributário e contábil dos derivativos de energia

Por meio de uma parceria, Abraceel e BBCE lançaram o quarto volume de uma série de e-books sobre derivativos de energia. Essa última edição tem foco em esclarecer dúvidas relativas à contabilidade e à tributação das operações de derivativos de energia, explicando o seu funcionamento com o apoio de simulações e exemplos reais de dificuldades que são vivenciadas pelas empresas no momento de conduzir as transações. O conteúdo, que tem abordagem mais prática e menos conceitual, foi elaborado por Eric Barreto, Wesley Carvalho, Aloir Costa, Saulo Miyahara e Gabriel Cardozo, professores e consultores especializados em ciências contábeis, sob supervisão da BBCE e da Abraceel. A produção e lançamento do novo e-book foi precedida por uma pesquisa realizada pela Abraceel entre as empresas associadas para compreender as razões que justificam a pouca utilização, pelo mercado, dessas operações. Abraceel e BBCE criaram em 2021 a primeira cartilha sobre derivativos de energia, oferecendo uma visão geral sobre o tema, e mais dois volumes foram elaborados e divulgados em seguida – o segundo tratou especificamente sobre contabilidade e tributação, ao passo que o terceiro abordou supervisão e monitoramento, dessa vez em parceria também com a CCEE.



PROJETOS ESPECIAIS

Abraceel expõe dificuldades no processo de migração e apresenta propostas

O aperfeiçoamento da comercialização varejista e a simplificação do processo de migração ao mercado livre de energia foram temas tratados com prioridade pela Abraceel ao longo de 2023. Além de participar da Consulta Pública 28/2023, que buscou melhorar a regulação da comercialização varejista, a Abraceel realizou estudos que avaliaram falhas das etapas da jornada do consumidor rumo ao ambiente competitivo, bem como análises e comparações entre as normas de diferentes distribuidoras, que muitas vezes apresentavam exigências desnecessárias aos consumidores. Indicadores e mapeamentos foram planejados para dar a dimensão dos problemas percebidos e para subsidiar propostas aos órgãos reguladores. Ao final, a Abraceel elaborou uma proposta de benchmark que busca simplificar todo o processo de migração, beneficiando todos os envolvidos.

FaleAqui! coletou casos concretos de dificuldades na migração e permitiu mapeamento

A conclusões e propostas derivadas dos estudos foram tratadas com a Aneel sucessivamente. A criação do FaleAqui!, canal de comunicação exclusivo para receber casos concretos e evidências comprovando as dificuldades vivenciadas pelos consumidores, permitiu mapear e identificar os principais gargalos no processo de migração, bem como elaborar propostas. Mais de 180 casos concretos foram recebidos.



Propostas sugeriram melhorias regulatórias e esforço de comunicação e fiscalização

Com base nos problemas relatados no FaleAqui!, a Abraceel propôs à Aneel um documento com as alterações regulatórias sugeridas para simplificar o processo de migração ao mercado livre de energia, com alterações na Resolução 1.000/2021 e Módulo 5 do Prodist. Além disso, a Abraceel listou ao órgão regulador as dificuldades enfrentadas pelos consumidores em temas que já estão regulamentados, sugerindo esforço maior de comunicação e fiscalização.

O que já está regulamentado? 1

Falta de assinatura e/ou acesso de CUSD

- > O CUSD deve ser assinado no momento da conexão, renovado anualmente e disponibilizada cópia assinada para o consumidor e
- > Há previsão de assinatura digital.

Artigos 127, 128 e 131 da REN 1.000/21

Denúncia do CUSD regulado e assinatura de CUSD livre na migração ao ACL, com cobrança de multa por rescisão antecipada

- > O CUSD assinado pelo consumidor cativo é válido para o consumidor livre, pois o serviço de rede é o mesmo, não devendo ser renovado ou assinado novo contrato, o único contrato que deve ser denunciado é o CCER, conforme ofício já expedido pela Aneel 31/23.

Artigo 166 da REN 1.000/21

Exigência de assinatura de termo de pactuação e demora na resposta da D após a denúncia do contrato

- > Não há obrigação regulatória/legal para o consumidor assinar um termo de pactuação, devendo a distribuidora necessariamente informar em até 10 dias, a documentação requerida nos PDCs e o cronograma das etapas necessárias para adequação do sistema de medição.

Artigo 140 da REN 1.000/21

Sugestões de alterações regulatórias 2

Falta de padronização e custos altos vinculados as etapas atinentes a adequação do SMF*

Previsão da **não necessidade de adequação do SMF** em caso de migração ao ACL.

Caso identificada necessidade de adequação do SMF apenas no momento da migração, que os custos devem ser cobertos em sua totalidade pela distribuidora em até 12 meses da migração do consumidor ao ACL.

Requisitos suficientes para instalação do SMF

Isonomia da responsabilização pelo não migração do consumidor ao ACL*

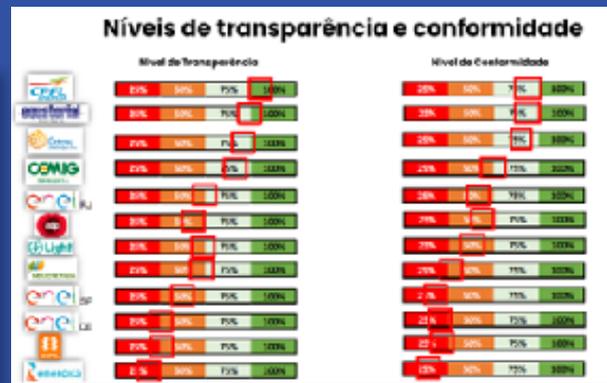
Responsabilização da distribuidora pelo não migração dos consumidores, por motivo imputável a ela

Falta de isonomia na redução dos prazos regulados pelas Distribuidoras

A CCEE deve **monitorar a redução de prazos regulados** pela distribuidora, vinculadas a migração, de modo a garantir o tratamento isonômico a todos os consumidores.

Estudo mapeou falta de padrão e exigências desnecessárias e propôs benchmark à Aneel

Em um passo adicional, para melhorar e simplificar o processo de migração dos consumidores ao mercado livre de energia, a Abraceel realizou um novo estudo, que comparou as normas internas de dez grupos e empresas de distribuição, que respondem por 94% do mercado regulado, em cada etapa da jornada do consumidor ao mercado livre. Esse mergulho nos manuais internos das distribuidoras permitiu identificar falta de padrão, exigências desnecessárias e incompatibilidades com a regulação vigente. Assim, dois índices foram idealizados – nível de transparência e nível de conformidade – para evidenciar empresas cujos processos melhor servem os consumidores, com o objetivo de incentivar a padronização dos manuais internos e, assim, simplificar os procedimentos para consumidores, CCEE, Aneel e distribuidoras. Com as propostas, a Abraceel desenhou um processo ótimo de migração, excluindo etapas desnecessárias, em outras sugestões, o que permitiria diminuir o prazo total do processo completo de migração de seis meses para seis semanas.



Abraceel lança cartilha para auxiliar consumidor a migrar para o mercado livre

A Abraceel lançou em outubro de 2023 uma nova edição da Cartilha do Mercado Livre de Energia, um guia para consumidores interessados em comprar energia elétrica livremente, com foco naqueles abarcados pela Portaria 50/2022 do MME. O documento foi apresentado ao público em evento organizado pela Fiesp para apresentar o funcionamento e os benefícios do mercado livre de energia, uma alternativa para as indústrias reduzirem custos com energia elétrica. Além do foco nas dúvidas do consumidor e da linguagem de fácil compreensão, a nova cartilha apresenta informações no formato de perguntas e respostas, sem o uso de jargões técnicos, e é facilmente compartilhável. O conteúdo foi idealizado para apoiar uma onda de migrações, caracterizada por consumidores de energia em alta tensão de variados segmentos produtivos, de porte menor.



ABRACEEL NA MÍDIA

A Abraceel tem como política o relacionamento contínuo com jornalistas e formadores de opinião, que é realizado cotidianamente durante o atendimento de solicitações de entrevistas e pedidos de informações, mas também na promoção de reuniões e encontros periódicos para discutir a agenda de mercado, com foco nas quatro bandeiras da Associação.

Além disso, mensalmente, a Abraceel produz e distribui para jornalistas o Boletim da Energia Livre, publicação que mostra o panorama mensal do mercado livre de energia no Brasil atualizado com base nos indicadores mais recentes divulgados por diversas instituições e consultorias.





Todo esse esforço resultou, em 2023, em 2.211 matérias publicadas na imprensa citando informações e opiniões da Abraceel, além de 11 artigos em veículos de grande relevância.

E O CONGRESSO?



Atuação buscou esclarecer o papel do mercado livre na transição energética e benefícios aos consumidores

A chegada do novo governo trouxe a necessidade de reorganizar o jogo político e o primeiro semestre foi marcado pelo rearranjo dos Poderes, com eleição para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para as presidências das comissões temáticas das duas Casas e construção da base do Poder Executivo no Congresso Nacional.

O trabalho da Abraceel buscou alertar os parlamentares para as vantagens do mercado livre de energia como o caminho mais democrático para garantir a transição energética, com efetiva participação do consumidor como protagonista.

Em paralelo, a Associação atuou para garantir que, enquanto o Congresso Nacional aguarda a sinalização do Poder Executivo para avançar na agenda de modernização setorial, é fundamental que as mudanças sejam precedidas de amplo diálogo com os agentes do setor elétrico, evitando assim insegurança jurídica e impactos aos investimentos e consumidores.

Sinalizando a diretriz de trabalho no ano, a Abraceel organizou um almoço para autoridades do Executivo e Legislativo, no dia 17 de maio, para o lançamento do estudo “Portabilidade da Conta de Luz: Justiça Social e Transição Energética Justa”. O conteúdo também foi apresentado posteriormente em reuniões ministeriais e agendas com parlamentares.

No segundo semestre, a atenção do governo, no que se refere ao setor elétrico, esteve concentrada em alguns assuntos, exigindo atuação da Abraceel.

PL 414 de 2021: pouco avanço na tramitação

A modernização do setor elétrico, discutida por meio do PL 414/2021, não encontrou caminho para avançar em 2023. Houve um movimento parlamentar para viabilizar a instalação da comissão especial na Câmara. No entanto, o esforço não foi bem-sucedido. A comissão foi autorizada a ser criada, recebeu indicações de membros pelas lideranças partidárias da Câmara, mas não chegou a ser instalada.

Fruto desse movimento, o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) realizou reunião com associações setoriais para discutir os pontos prioritários e divergências em relação à matéria. Em paralelo, o governo federal sinalizou o interesse em enviar um projeto de lei próprio para discutir a reestruturação setorial.



Reforma tributária: energia elétrica terá regime diferenciado

A articulação da Abraceel em torno do tema aconteceu especialmente via Fase. A Associação foi signatária de cartas enviadas ao relator na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, com vistas a garantir a essencialidade da energia elétrica e, assim, evitar a majoração tributária no setor. Além disso, houve defesa pelo tratamento tributário diferenciado, considerando as especificidades e complexidades internas entre os diversos segmentos do setor elétrico.

Além de reunião com o relator na Câmara, a Abraceel também participou de reuniões com senadores e respectivas assessorias quando a matéria tramitou no Senado Federal. O objetivo foi evitar que o setor de energia elétrica fosse alvo de aumento tributário. Além disso, a Associação esteve presente em reuniões e audiências públicas sobre o tema nas duas Casas legislativas.

Como resultado, a PEC 45/2019 foi aprovada na Câmara dos Deputados na primeira quinzena de dezembro e o setor elétrico foi vitorioso não sendo abarcado pelo imposto seletivo.

Eólica offshore: Abraceel atuou para esclarecer impactos de medidas repentinas

Na semana que antecedeu a COP28, realizada entre 30 de novembro a 12 de dezembro em Dubai, Emirados Árabes Unidos, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, sinalizou o avanço efetivo na “agenda verde” que havia apontado como prioridade para o segundo semestre de 2023. Temas como os marcos regulatórios para hidrogênio verde, mercado de carbono e geração eólica offshore foram elencados como prioridade para posicionar o Brasil como liderança na transição energética.

O deputado federal Zé Vitor (PL-MG) apresentou parecer ao PL 11.247/2018, cujo escopo original foi a norma para o desenvolvimento da geração eólica offshore, mas que, no entanto, trouxe medidas alheias com impactos importantes na estrutura do setor elétrico e nos custos aos consumidores, com mais subsídios e reservas de mercado.

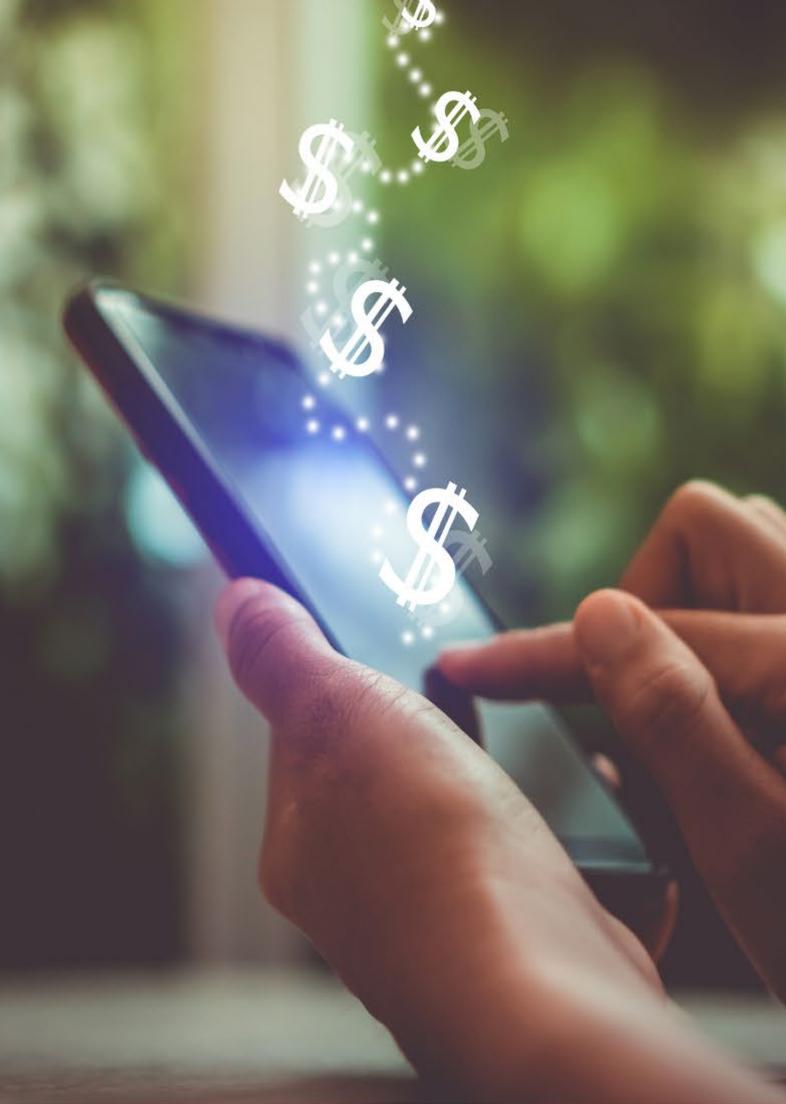
A Abraceel atuou junto ao relator e atores relevantes, como parlamentares, formadores de opinião e partes relacionadas da governança setorial, alertando para os efeitos negativos dos acréscimos ao escopo original, inclusive os impactos financeiros, calculados pela Associação.

Após as interações, as medidas que buscavam alterar a estrutura do mercado livre de energia foram desconsideradas pelo próprio relator, que apontou que mais discussões seriam necessárias para evitar insegurança jurídica no mercado.

Sinal locacional: Abraceel defendeu competência da Aneel para regular o tema

Embora o PDL 365/2022 tenha sido aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a Abraceel cumpriu agenda com senadores membros do colegiado para defender a não aprovação da matéria. Também foi signatária de carta do FASE, justificando que o uso de um decreto legislativo para se sobrepor à posição da agência reguladora aumenta a percepção de insegurança regulatória, comprometendo novos investimentos no setor elétrico.





AGENDA DO MERCADO 2024

O que vai nortear o segmento de comercialização de energia em **2024**?

Abertura e crescimento de mercado

No contexto da abertura do mercado de energia para consumidores de média e alta tensão, atuar para instituir medidas que resultem na simplificação e aprimoramento da modalidade de comercialização varejista de energia elétrica. Atuar pela defesa da concorrência isonômica entre as empresas no acesso aos consumidores, em linha com o Estatuto e o Código de Ética da Associação. Trabalhar para a abertura completa do mercado de energia, para alcançar também o Grupo B, buscando a formalização de um cronograma que dê previsibilidade aos consumidores e agentes do mercado, numa abertura equilibrada, com segurança jurídica e respeito aos contratos.

Segurança e sustentabilidade do mercado

Trabalhar para o aperfeiçoamento do novo programa de monitoramento do mercado de energia durante os testes do chamado “período sombra”, e atuar para aprimorar a governança corporativa da CCEE. Além disso, propor modelos de governança, fiscalização e penalização das instituições.

Formação de preços

Com os princípios da estabilidade, da previsibilidade e da segurança jurídica no visor, participar das discussões referentes aos limites mínimo e máximo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), contribuindo com as instituições da governança setorial. Atuar para aprimorar a governança de formação de preços e os modelos computacionais do mercado elétrico.

Eficiência e inovação do mercado

Posicionar-se constantemente contra subsídios existentes no setor de energia elétrica, em prol da racionalidade e correta alocação de custos no mercado. Buscar experiências regulatórias em mercados internacionais maduros para aprimorar o modelo comercial do setor elétrico, contribuindo para as necessárias reflexões realizadas entre agentes do mercado e da governança setorial. Atuar para consolidar a visão do mercado de energia na fase de regulamentação dos dispositivos da reforma tributária.

MISSÃO INTERNACIONAL

Missão da Abraceel ao mercado energético do Texas promove reflexões

Uma delegação de mais de 40 pessoas participou da missão internacional da Abraceel ao Texas, nos Estados Unidos, visitando empresas e órgãos da governança setorial daquele estado norte-americano, o que foi importante para promover a reflexão a respeito de soluções testadas que podem ser incorporadas no mercado elétrico brasileiro.

O Texas conta com um mercado de energia aberto e com ampla competição cujo foco é entregar benefícios aos consumidores.

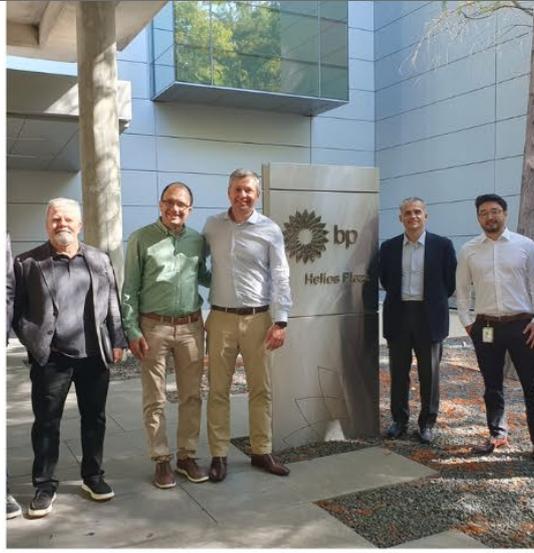
A missão internacional ao Texas foi um esforço conjunto que envolveu Amcham e Thymos na organização e curadoria de conteúdo, respectivamente, e também empresas associadas, como Shell, Engie, Vitol, BP, Mitsui e Serena, que identificaram executivos nas cidades de Houston e Austin para explicar as engrenagens de um mercado varejista que atende milhões de consumidores.

Destaque para a oportunidade de visitar o Electric Reliability Council of Texas (Ercot), operador do Texas, que desempenha uma função que pode ser comparada à junção do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no Brasil.

Cultura e legado - A missão, além de propiciar conteúdo de temas de fronteira de um mercado de varejo de energia elétrica, também teve atenção em proporcionar networking, cultura e experiências.

Como forma de deixar um legado aos agentes do mercado brasileiro, as reflexões e aprendizados da missão internacional foram organizados pela Thymos Energia em um [conteúdo analítico](#) disponibilizado a todos gratuitamente.

No segundo semestre, a atenção do governo, no que se refere ao setor elétrico, esteve concentrada em alguns assuntos, exigindo atuação da Abraceel.



EMPRESAS ASSOCIADAS



EMPRESAS ASSOCIADAS





SHS Qd. 06 Conj. A Bloco C - Sala 1707
Ed. Business Center Tower - Brasil 21
Brasília - DF / CEP 70322-915
Telefone: 61 3223 0081

WWW.ABRACEEL.COM.BR

